A Formação do Profissional da Educação: Desafios Históricos e Perspectivas de Atuação

Suzana Grimaldi MACHADO
Doutoranda em Educação (UFSCar, IFES)

Claudia Alencar LOPES
Doutoranda em Educação (UFSCar)

Alexsandra Gonçalves ZAGO
Mestre em Ciências Matemáticas (SME-Ribeirão Preto)

Vivian Barbosa de Brito Alves BARROS
Especialista em Liderança Pública (SEEDUC-RJ)

RESUMO: Reflexões sobre competências para a administração das escolas, atuação docente e o desempenho dos estudantes permeiam o campo da educação e são algumas das evidências que sinalizam para a importância de se considerar a realidade educacional e a formação inicial e continuada do profissional para atuação nas escolas. Assim, este trabalho, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e exploratória, com análise qualitativa das informações, apresenta um breve panorama histórico da educação e da formação de professores, desde a criação da Escola Normal. Busca, por meio desse panorama, refletir sobre a importância de uma formação ampla que contemple as variadas funções que emergem no interior das escolas e que podem ser exercidas pelo corpo docente, focalizando na formação para a gestão escolar democrática e participativa. Conclui-se que a formação para os profissionais da educação, embora amplamente discutida, ainda é um desafio, principalmente quando se pensa na formação de gestores escolares. Identificam-se algumas perspectivas para a atuação deste profissional, com propostas de formação institucionais e institucionalizadas, em rede, atendendo aos preceitos de uma cultura organizacional colaborativa e democrática. Espera-se que a breve análise aqui tecida possa contribuir para ampliar estudos e pensar a formação dos

profissionais da educação a partir de uma concepção democrático-participativa.

Palavras-chave: Formação Docente. Gestão Democrática. Liderança. Participação. Cultura Organizacional.

Introdução

A preocupação com o desempenho dos estudantes e com as competências de gestão necessárias para a administração das escolas são apenas duas das evidências que ressaltam a importância de se analisar a realidade educacional e sua relação com a formação inicial e continuada do profissional da educação.

Nessa esteira, este trabalho tem o objetivo de apresentar um breve panorama sobre o tema, contribuindo para a compreensão do cenário atual, levando em conta as variadas funções que este profissional pode exercer, além da docência, como supervisão, coordenação pedagógica e direção escolar.

Para tanto, adotou-se a pesquisa bibliográfica, com análise qualitativa das produções, conforme delineado por Gil (2002), selecionando obras que oferecem uma visão sobre conceitos, práticas e desafios da formação inicial e continuada para profissionais da educação. Com base nessa análise exploratória, apresenta-se, neste texto, um panorama histórico sobre a formação desses profissionais, a importância da formação para a gestão democrática e perspectivas de atuação.

Breve panorama da formação docente

Gatti e Barreto (2009) refletem os impasses e desafios da formação de professores em cursos especializados no Brasil, que teve início no final do século XIX, com a criação das Escolas Normais, as quais tinham o objetivo de formar docentes para o ensino das *Primeiras Letras*.

Na primeira metade do século XX, a expansão gradual do sistema educacional, demandada pela industrialização do país, impulsionou a formação de professores para o ensino secundário, surgindo os primeiros cursos de licenciatura. Antes disso, "esse trabalho era exercido por profissionais liberais ou autodidatas [...]" (Gatti; Barreto, 2009, p.37).

As Leis n.º 4.024/61, 5.540/68 e 5.692/71 promoveram reformulações na educação do país e, a partir da Lei 5.692/71, as Escolas Normais foram substituídas pelo curso de Magistério em nível médio. Em resposta à expansão do ensino obrigatório, a lei implementou medidas suplementares para suprir a falta de docentes e manteve os esquemas emergenciais de habilitação para diferentes séries.

Nas décadas finais do século XX, com o processo de redemocratização do País, destacam-se dois marcos históricos e políticos essenciais para a educação brasileira: a Constituição cidadã, de 1988, e a Lei n.º 9394/96. Nessas décadas, de acordo com Aguiar *et al*. (2016, p. 14), "[...] as lutas pela consolidação da democracia, [...] impulsionaram a reorganização de diferentes segmentos no campo educacional, na defesa da gestão democrática e da valorização dos profissionais da educação [...]".

No século XXI, dando continuidade aos processos iniciados com a redemocratização e à busca por uma gestão democrática e valorização dos profissionais da educação, as Conferências Nacionais de Educação (CONAE) têm início, em 2010, possibilitando a discussão de propostas decenais para a educação brasileira, por meio da elaboração de Planos Nacionais de Educação (PNE), que estabelecem, dentre outras questões, diretrizes para a formação inicial e continuada de profissionais da educação. Em 2024, o Documento Referência da CONAE reflete sobre os passos trilhados a partir do PNE 2014 e traça proposições para a Educação Brasileira para a próxima década.

Finalizando este breve histórico, e com base em estudos de Nóvoa (1999) e Arroyo (2000, 2013), destaca-se que o processo de formação e profissionalização docente não é linear e "exige, portanto, um olhar atento às tensões que o atravessam" (Nóvoa, 1999, p. 21). É um território sempre em disputa, com conflitos, consensos, avanços e recuos, e marcado pela necessidade de afirmação dos próprios profissionais da educação.

A importância de uma formação para a gestão democrática

Ao considerar a escola como um ambiente plural, complexo e dinâmico, caracterizado por uma rede de relações e interações, a formação que *prepare* o profissional para lidar com essa complexidade torna-se uma necessidade e, ao mesmo tempo, um desafio para os sistemas de ensino (Lück, 2000).

Com relação ao diretor escolar, Luiz (2024, p. 202), alerta que "[...] formar e preparar para a profissão do diretor nunca foi tarefa simples, inclusive pela complexidade do histórico que temos no que se refere ao provimento do cargo [...]", que pode ser por indicação, por processo seletivo dentro da esfera em que já atua, por concurso público, por eleição ou, ainda, pela combinação entre dois ou mais desses procedimentos.

Nesse sentido, pensar a formação dos profissionais da educação a partir de uma concepção democrático-participativa é compreender que eles necessitam desenvolver competências específicas, tais como interação e comunicação; liderança e tomada de decisões, para atuarem como gestores e participarem ativamente dos processos educativos (Libâneo, 2001).

Considerando essa multiplicidade de competências e a dinâmica do ambiente escolar, as políticas públicas de formação continuada, com o objetivo de desenvolver tais habilidades e competências em programas específicos, como cursos de extensão, aperfeiçoamento ou pós-graduação, ofertados pelos sis-

temas de ensino, como indicam Libâneo (2001) e Lück (2000), são essenciais.

Considerações finais

Pensar uma formação para um profissional multifacetado e que atenda à complexidade da cultura organizacional da escola, como supracitado, representa um desafio significativo, pois exige não apenas habilidades pedagógicas, mas também competências de gestão e liderança.

Somado a isso, a busca por uma escola mais democrática e participativa exige políticas de formação continuada institucionais e institucionalizadas que se direcionem às múltiplas dimensões e funções do profissional da educação, notadamente da gestão escolar. Tais propostas de formação podem ser vislumbradas em recentes iniciativas institucionais, em diferentes esferas, de cursos para gestores escolares.

Considerando os limites desse estudo, ainda preliminar e exploratório, espera-se que este possa contribuir para fomentar estudos e pesquisa na área, considerando a perspectiva democrático-participativa na formação dos profissionais da educação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. S.; OLIVEIRA, J. F.; DOURADO, L. F.; AZEVEDO, J. M. L.; AMARAL, N. C. **Política de Formação Continuada dos Profissionais da Educação**. Caderno Temático 6. Camaragibe: CCS, 2016. Disponível em: https://anpae.org.br/EDITORA-ANPAE/3-Cadernos/pdfCadernos/1916/0616C-CadernoTem.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2013.

ARROYO, M. G. **Ofício de Mestre**: imagens e autoimagens. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL. **Documento Referência CONAE 2024** - Conferência Nacional de Educação [Plano Nacional de Educação 2024-2034 - política de Estado para a garantia da educação como direito humano]. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conferencias/conae-2024/documento-referencia.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. Lei n.º 5540 de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, p. 10369, 1968.

BRASIL. Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, p. 11429, 1961.

BRASIL. Lei nº 5.292, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, p. 6377, 1971.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. (coord.). **Professores do Brasil**: Impasses e Desafios. Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184682. Acesso em: 28 ago. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola** - teoria e prática. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001

LÜCK, H. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. **Em aberto**, Brasília, v. 1, n. 72, p.11-33, 2000. Disponível em: https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2634. Acesso em: 28 ago. 2024.

LUIZ, M. C. **Formação de diretores de escola**: uma proposta em mentoria. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.

NÓVOA, A. **Profissão Professor**. 2ª ed. Porto: Porto Editora, 1999.